

A VISÃO DE MUNDO DO ADOLESCENTE INSERIDO EM PROGRAMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA.

TEENAGER WORLD VISION INSERTED IN INSTITUTIONAL RECEPTION PROGRAM: AN APPROACH ANTHROPOLOGICAL.

ALINE MASSONI KOÇAKA*
OTÁVIO BARDUZZI RODRIGUES DA COSTA*

* Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru/SP, mantido pela Instituição Toledo de Ensino no ano de 2012, em 2013 participou do Programa de Residência Multiprofissional da USP – Universidade de São Paulo e em 2014 atuou como Assistente Social do Serviço de Acolhimento Institucional no município de Bauru/SP. Especialista em Antropologia pelo programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade do Sagrado Coração de Bauru/SP. Bauru/SP – Av. Marques de Pinedo, 844 – CEP 17000-000 – Telef. 14 3227.4332 – e-mail: alinemassoni@yahoo.com.br

** Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), bacharel em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru, graduado em filosofia pela Uniclaretianas, Mestre em filosofia também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, doutorado em ciências da religião pela Universidade metodista e doutorando em Ciências Sociais onde pesquisa religião, juventude e contemporaneidade, especialização em filosofia e educação pela Uniclaretianas. Atualmente é professor na pós-graduação *latu sensu* de antropologia na Universidade do Sagrado Coração de Bauru e professor de direito constitucional, aspectos sociológicos do direito, ciência política nas faculdades Gran Tiête. Bauru/SP – rua Pinheiro Machado, 14-401 – CEP 17013-211 – Telef. 14 3261.1024 – e-mail: joebarduzzi@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo busca explorar, a partir de uma perspectiva antropológica, a visão de mundo do adolescente inserido em programa de acolhimento institucional sob medida protetiva. Trata-se de um estudo monográfico realizado com 10 (dez) adolescentes, do sexo masculino, de 12 à 17 anos de idade, acolhidos no município de Bauru/SP. Ao considerar a visão de mundo dos adolescentes o objeto deste trabalho, propõe-se como principais objetivos: descrever alguns aspectos culturais destes adolescentes, bem como identificar os valores, práticas e representações do ponto de vista do grupo, verificar a visão dos pesquisados quanto ao programa de acolhimento institucional, além de desvelar o conceito de família e a relação de parentesco. Para isso, o percurso elegido para realização deste trabalho foi a observação participante, desenvolvida por meio da presença da pesquisadora no mesmo espaço do grupo cotidianamente, por períodos prolongados e ocasiões diferenciadas, utilizando como técnicas primeiramente relatos do grupo, possibilitando o levantamento dos assuntos considerados relevantes para o universo investigado, além da entrevista através de formulário realizada no âmbito da instituição. Sendo assim, o diálogo com as reflexões teóricas e relatos dos adolescentes apresentados, permitiu vislumbrar as forças distintas que sustentam significados e representações, trazidos através das relações e dos valores apreendidos no meio sociocultural a que pertencem, marcados por uma série de vulnerabilidades e conflitos com a dimensão sociofamiliar, que justificam práticas e comportamentos e propiciam a criação de novos laços de sociabilidade e reciprocidade.

Palavras-chave: Antropologia Social. Adolescência. Violência.

ABSTRACT

This article seeks to explore, from an anthropological perspective, adolescent worldview embedded in institutional care program tailored protective. This is a monographic study of ten (10) adolescents, male, 12 to 17 years old, received in Bauru / SP. When considering the worldview of teenagers the object of this work, we propose the following main objectives: to describe some cultural aspects of adolescents and to identify the values, practices and representations of the group's point of view, check the view of respondents about the residential care program, in addition to unveiling the concept of family and kinship. For this, the route chosen for this work was the participant observation, developed through the presence of the researcher in the same space group daily for extended periods and different occasions, using as techniques first reports of the group, thus enabling the assessment of the issues considered relevant to the investigated universe, beyond the interview through a form held within the institution. Thus, the dialogue with the theoretical reflections and stories of adolescents presented, enabled understanding the different forces that sustain meanings and representations, brought through the relationships and values learned in the socio-cultural environment to which they belong, marked by a series of vulnerabilities and conflicts with the social and familial dimension, justifying practices and behaviors and foster the creation of new sociability and reciprocity ties.

Keywords: Social Anthropology. Adolescence. Violence.

1 INTRODUÇÃO

O antropólogo pode trazer as vozes daqueles que não dispõem ainda de espaço próprio, ajudando a criá-lo. (Alba Zaluar)

No Brasil, a violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade manifestando-se sob múltiplas formas, nos diferentes momentos históricos e sociais, em acordo com os aspectos culturais.

Este tema, tem introduzido intensos debates envolvendo diversas áreas do conhecimento, mobilizando atores que buscam o enfrentamento desta questão à partir do que sugere os princípios legalmente assegurados pelo ECA¹, que paulatinamente tem se revelado nas políticas, projetos e programas voltados à proteção da criança e adolescente, sendo este o cenário deste estudo.

Sem exceção, os sujeitos participes deste trabalho são adolescentes que de alguma forma sofreram algum tipo de violência, desencadeando assim, a necessidade do acolhimento e afastamento da situação de risco. O quadro de violência é vasto, porém as ocorrências mais comumente apresentadas revelam adolescentes submetidos a exploração do trabalho infantil, tráfico e/ou mendicância; Abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis; Situação de rua; Órfãos (morte dos pais e/ ou responsáveis); Violência doméstica; Ausência dos pais ou responsáveis por prisão; Abandono e dependência química por parte dos pais.

Diante disto, o foco de análise desta pesquisa busca demonstrar alguns aspectos antropológicos a partir do olhar do grupo de 10 (dez) adolescentes de 12 à 17 anos de idade, do sexo masculino, acolhidos sob medida protetiva em Serviço de Acolhimento Institucional, bem como compreender como estes adolescentes vivenciam a experiência do acolhimento, uma vez que cabe ao antropólogo estudar os hiatos institucionais que criam barreiras a comunicação entre os vários atores envolvidos, (ZALUAR, 1997, p. 23) de forma que “a produção cultural de uma sociedade possa ser fruto da ação e manifestação de todos os seus indivíduos, independentemente do lugar social ocupado por cada um” (JUNIOR, 2011, p. 20).

O estudo teve por objetivo: Descrever os aspectos culturais (costumes, músicas, lazer, religião, moda) dos acolhidos; Identificar os valores, práticas e representações do ponto de

¹ Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

vista do grupo; Desvelar o conceito de família e relação de parentesco dos adolescentes; e verificar a expectativa do adolescente quanto ao programa de acolhimento institucional.

Para isso, o método de abordagem proposto foi o materialismo histórico dialético, pois conforme aponta Gil (1991, p. 31), “a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que desagrega e transforma”.

O método de procedimento adotado é o estudo monográfico pois trata-se do “estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades”. (LAKATOS, 2003, p. 108)

Neste sentido, o enfoque qualitativo tornou-se fundamental por buscar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. (MINAYO, 2001, p.21)

O percurso elegido para realização deste trabalho foi a observação participante desenvolvida por meio da presença da pesquisadora no mesmo espaço do grupo cotidianamente, por períodos prolongados e ocasiões diferenciadas, utilizando como técnicas primeiramente as conversas informais e relatos do grupo, possibilitando o levantamento dos assuntos considerados relevantes para o universo investigado e a obtenção de dados referentes aos valores, práticas e representações dos adolescentes, e posteriormente foi realizada entrevista semiestruturada colhida através de formulário no âmbito da instituição, caracterizando a pesquisa de campo.

A análise foi fundamentada pela pesquisa bibliográfica e dividida em tópicos compostos inicialmente pelo “Breve Histórico do Acolhimento Institucional”, que versa sobre o serviço de acolhimento de acordo com a política e legislação vigente, e em seguida pelo tópico “Acolhimento: Motivos e Expectativas” que trata dos motivos e expectativas dos adolescentes em relação ao acolhimento, a fim de embasar o cenário da realidade pesquisada.

O corpo principal do estudo foi subdividido em itens que trazem uma abordagem antropológica, relacionando os relatos obtidos com a pesquisa bibliográfica, estes itens foram denominados: “Realidade social: valores, práticas e representações” composto por temas como “Adolescência e drogas”; “A Violência”; “O Poder Público”; “Preconceito: violência simbólica”; “A casa e seus costumes x a rua e seus costumes”; “A Família”; “Sistema de parentesco, pertencimento e reciprocidade” e “Quando eu crescer”.

Estes temas foram elencados por se tratar de assuntos colocados pelo viver numa sociedade de homens, oportunizando a construção dialética e flexibilidade, uma vez que

trará à tona as representações da realidade sob a ótica de indivíduos em situação de vulnerabilidade muitas vezes ofuscados pela sociedade, pelo Poder Público e pelo senso comum.

2 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

No Brasil, anteriormente a aprovação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente que ocorreu no século XX, em 1990, pode-se citar o “Código Brasileiro do Menor (1927) e o Código de Menores (1979) como escopo da proteção social do adolescente, ambos traziam consigo a proposta de medida protetiva fundamentada pela visão “que culpava unicamente as famílias das crianças acolhidas em instituições pelas suas dificuldades, classificando as crianças e os adolescentes como vadios, libertinos e perigosos” (GULASSA, 2010, p.19).

Neste sentido, os antigos orfanatos era quem recebia as crianças e adolescentes deixando nelas a marca da massificação, pois propunham a repressão e legitimavam as grandes instituições de confinamento dos chamados “carentes” ou “abandonados”.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, e instauração do ECA, surgiu então a necessidade de ruptura destes paradigmas conceituais a fim de “assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, Art. 04,1990) essa mudança de paradigma consequentemente impulsionou o reordenamento dos serviços de proteção, com base no que propõe a Política Nacional da Assistência Social (2004).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) apregoa sobre as medidas de proteção em seu Artigo 98:

Art. 98 - As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei foram ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.

Além disso, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente traz em todo seu corpo a forma de aplicação e adequação da medida protetiva, sendo o Acolhimento Institucional uma dentre as nove medidas explicitadas no Artigo 101.

Quanto ao Acolhimento Institucional, o estatuto proclama que trata-se de medida provisória e excepcional, utilizada somente como forma de reintegração familiar (ECA, Art. 101 - § 1º), de modo que se suprima a massificação e institucionalização da criança e

adolescente. Ressalta-se ainda que esta medida “não implica em privação de liberdade”, garantindo-se a convivência comunitária e familiar.

Os princípios elegidos para organização do Serviço de Acolhimento Institucional, podem ser verificados no Artigo 92 do ECA:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não-desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

No passado, como já mencionado, tinha-se como ideia predominante que o acolhimento institucional traria ao adolescente as condições de educação e saúde não alcançadas pela família pobre, assim sendo o acolhimento era utilizado como política pública que supria todas as necessidades dos adolescentes. Conforme expõe Gulassa (2010, p.29):

Além dos órfãos e abandonados, iam para instituições crianças com problemas de saúde, pois teriam melhores chances de encaminhamento adequado. Acreditava-se que a criança especial teria cuidados especializados, o jovem com problema de comportamento teria a disciplina austera, a criança cujos pais aspiravam uma educação diferenciada poderia se tornar “doutor”, e assim por diante. O acolhimento institucional era, portanto, visto pelo imaginário popular, como uma oportunidade privilegiada de apoio à família pobre.

Em 2006 o Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente passa a incentivar e promover os conceitos já estabelecidos pelo ECA. “Prioriza a família como locus de desenvolvimento e reafirma apoio e proteção para que ela possa cuidar de seus filhos e protegê-los. Lembra ainda que esta proteção dada às crianças e aos adolescentes não deve isolá-los ou segregá-los da comunidade”. (GULASSA, 2010, p. 20)

O Poder Judiciário faz-se o órgão exclusivamente responsável pelo acolhimento institucional. No entanto, nas emergências sociais em que os direitos são violados, o Conselho Tutelar é acionado, e os conselheiros podem tomar as providências iniciais para garantir a segurança e a proteção do adolescente e podem (em casos de extrema gravidade) encaminhar para os serviços de acolhimento.

Portanto, o acolhimento só ocorrerá se houver necessidade absoluta, do contrário, no caso de permanência do adolescente na família, a observação e o acompanhamento cuidadosos na própria residência e, em rede pelo Poder Público, são absolutamente necessários, uma vez que a situação de risco não desaparece facilmente. Para Gulassa (2010,

p.07), o acolhimento institucional pode ser imperativo como garantia de segurança no processo de reconstrução das redes de proteção que exigem quase sempre o esforço e investimento de todas as políticas sociais.

Neste sentido, quando se alude ao acompanhamento de indivíduos pelo Poder Público deve-se lembrar que há uma linha tênue entre a Proteção Social e a Higienização Social².

A política de higienização social caracterizou-se pelas práticas médicas no início do século XX, na qual havia um meticuloso controle e vigilância das famílias no sentido de manter a ordem, a assepsia e a disciplina. Os médicos higienistas adentravam no ambiente familiar e pouco a pouco passaram a cuidar inclusive de áreas que não compete a medicina. A higiene passa então a cuidar da moral e bons costumes da vida privada e pública dos indivíduos, tendo como alvo principal a família. “A família passa a ser moldada segundo o código médico e a casa converteu-se em local constante de vigilância de saúde, controle de doenças e militância moral”. Um modelo de regulação disciplinar progressivamente invadiu a forma do funcionamento familiar. Com um padrão disciplinar estabelecido pelos higienistas o Estado poderia combater a imoralidade, os “corpos insanos” e atitudes corrompidas. (LUENGO, 2010, p. 33)

Para Batista (2013, p. 124) “a disciplina organiza o espaço para a vigilância, rompendo as comunicações perigosas, cria o espaço útil, dividido e distribuído com rigor. A disciplina é a arte de dispor em fila e técnica de transformação de arranjos”.

Foucault (2008, p. 119 apud LUENGO, 2010, p. 35) ensina que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” O olhar hierárquico, que estigmatiza e reprime o que não é aceitável, tem como objetivo disciplinar o corpo dócil.

Para Michel Foucault, para essas práticas de contenção e controle adotou-se o termo "governamentalidade" que expressa o governo dos outros por meio de instituições, procedimentos e táticas em nome da seguridade. (BATISTA, 2013, p. 122)

Através desta perspectiva Foucaultiana percebe-se que se não houver o respeito e a valorização dos aspectos culturais de um grupo, o acolhimento institucional pode funcionar

² Estudos que tratam sobre a Higienização Social podem ser verificados nas obras de Michel Foucault, intituladas “Microfísica do Poder” (1979); “Segurança, Território e População” (1977); e “Nascimento da biopolítica” (1978).

mais como instrumento de higienização social, esquadramento da população, controle dos corpos e segregação dos pobres do que instrumento de Proteção Social.

2.1 ACOLHIMENTO: MOTIVOS E EXPECTATIVAS

No contexto da diversidade de suas histórias de vida, os motivos que levaram ao acolhimento institucional abarcam situações em que suas vivências expressam o nível de violência, de vulnerabilidade, e de violação de direitos fundamentais a que estão expostos. Trata-se de uma violência de base estrutural que cria desigualdades, fazendo emergir expressões como a fome, o desemprego, o abandono, a situação de rua, a inserção na criminalidade, que através das gerações marcam o cotidiano através de outras diferentes formas de violência seja ela física, cultural, social e psicológica.

Isto pode ser visto nos apontamentos obtidos nas entrevistas realizada com os adolescentes acolhidos:

*Estou aqui há 1 ano e 2 meses, porque eu usava muita droga. Meu irmão foi preso, e minha vó foi embora e eu fiquei cuidando do meu tio deficiente em casa, não tinha o que comer, então o Conselho Tutelar foi lá. Antes de morar aqui eu já morei com todo mundo. Quando eu cheguei aqui meu pensamento era fugir, pensava que era uma cadeia, mas depois fui me acostumando e gostei. **O que o acolhimento/ Lar representa pra você?** Tudo. Ele representa o amor, o carinho e o respeito. O que eu mais gosto daqui é a comida e o respeito que tem comigo e sempre está tudo limpo e me dão amor e carinho. O que eu menos gosto é quando eu faço coisa errada e tenho que reparar o erro, por exemplo limpar toda a casa. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)*

*Eu procurei o Conselho Tutelar, porque meu padrasto estava roubando minha pensão, eu estava passando fome e não tinha aonde ficar. Morei com minha tia e em Minas Gerais com outra tia, com minha mãe, com meu pai, mas nenhum deu certo por isso ficava mais na rua. Quando eu cheguei fiquei com vergonha e com medo de não gostar. **O que o acolhimento/ Lar representa pra você?** Mudança na minha vida. O que eu mais gosto daqui é a comida, o café e dos funcionários. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)*

*Estou aqui há 5 meses porque eu usava muita droga, e minha irmã me abandonou. Meu pai também me abandonou e minha mãe está presa. Quando eu cheguei aqui meu pensamento era fugir, matar as pessoas que trabalhavam aqui. **O que o acolhimento/ Lar representa pra você?** Tudo. Ele representa o amor, minha família, pessoas que querem meu bem. O que eu mais gosto daqui é a comida é bem melhor que a da minha casa, lá quase nem tinha o que comer. (Sujeito 6, 14 anos, masculino)*

*Cheguei no abrigo há 8 meses. Porque eu não gostava muito de morar com minha mãe. Ela bebia muito e ficava fora de casa. Então eu procurei o Conselho Tutelar. Já morei com todo mundo. Minha expectativa quando cheguei aqui é que minha vida seria melhor. **O que o acolhimento/ Lar representa pra você?** Pra quem não tem casa é melhor abrigo que a rua. Eu queria estar na minha casa. O que eu mais gosto daqui é a comida, e as pessoas também. (Sujeito 8, 11 anos, masculino)*

*Estou no abrigo há 1 ano e 8 meses, porque eu não ia na escola e dava trabalho pra minha vó. Antes eu morava com a sogra da minha mãe, depois com o pai dos meus irmãos, e com a minha vó de novo, e com a moça que vendia pipoca, já morei com bastante gente. Não tinha nenhuma expectativa quando cheguei aqui, só tinha medo. **O que o acolhimento/ Lar representa pra você?** Tudo. É minha família. O que eu mais gosto daqui é ficar brincando no escritório, e ajudando e também da comida, só não gosto de polenta. (Sujeito 9, 13 anos, masculino)*

Constata-se nestes relatos, que os adolescentes transferem para si próprios o motivo de estarem acolhidos, sem considerar exclusão social a que foram submetidos, que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública (SPOSATI, 1996, p.13), tão pouco reconhecem o caminho percorrido pela família, marcado pela violação de direitos seja pela sociedade ou pelo Estado.

O acolhimento dos adolescentes em situação de risco não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira.

Neste sentido, pode-se verificar nas entrevistas que o acolhimento ainda traz consigo nas expectativas dos adolescentes o ideário do abandono da pobreza, ou uma oportunidade de inserção social e mudança de vida, mas sob nova perspectiva, para eles a inserção em programa de acolhimento representa o abandono da violência a que foram submetidos desde a infância, tido como um porto seguro entre um direito negado – o de viver plenamente seu presente – e a continuidade cidadã de seus cálculos de vida, sem os sobressaltos que comprometam, desde logo, seu futuro, demonstrando a mudança de paradigma proposto pela legislação vigente, e pelas políticas de atendimento a infância e juventude.

Por outro lado, percebe-se ainda os traços da cultura de institucionalização, e contenção social enraizada na sociedade brasileira, que remonta o período colonial, evidenciado nas expressões “*Quando eu cheguei aqui meu pensamento era fugir, pensava que era uma cadeia*” (Sujeito 1, 14 anos, masculino) ou “*Quando eu cheguei aqui meu pensamento era fugir, matar as pessoas que trabalhavam aqui*” (Sujeito 6, 14 anos, masculino).

Pode-se observar, que os discursos difundidos pelos adolescentes abarcam muitos pontos e características em comum, de tal modo, que durante a entrevista surgiu a hipótese das respostas serem elaboradas por eles de acordo com o que a instituição, a sociedade, ou a própria pesquisadora, esperam que eles digam, uma vez que alguns destes adolescentes, já passaram por outras instituições. Porém, ao considerar que as entrevistas foram realizadas individualmente para que não houvesse imitação nos relatos, à todo momento reforçava-se

com os adolescentes a importância de seu ponto de vista, que deveriam ser demonstrados através da sinceridade para a legitimidade da pesquisa, e também que as perguntas eram trazidas como elemento surpresa em busca de atingir a subjetividade e espontaneidade, desde o início da entrevista garantiu-se aos adolescentes o sigilo das respostas, e por ser a pesquisadora parte do grupo pela convivência e permanência no ambiente institucional, gerando uma relação de confiança entre pesquisadora e pesquisado, esta hipótese foi refutada.

Assim, nestas entrevistas, outro tema que se coloca em evidência como ponto em comum, é a comida oferecida pela instituição, que é mencionada pelo universo total dos adolescentes pesquisados, demonstrando a dificuldade ou falta de acesso aos direitos mais fundamentais que devem ser garantidos a todo ser humano.

Portanto, torna-se essencial que haja um clima de respeito às histórias, às mudanças, ao tempo de reconstrução de uma cultura para todos os participantes deste processo que tem por objetivo final: o acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade a fim de promover sua inclusão. (GULASSA, 2010, p. 16)

3 REALIDADE SOCIAL: VALORES, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

O social (e cultural) é tudo aquilo que independe da natureza interna (genética) ou externa (fatores ambientais, naturais). Ou seja, todos aqueles fatos que não podem ser razoavelmente resolvidos por estes fatores, sendo mais adequadamente tratados quando são estudados uns em relação aos outros (...) o mundo social é um fenômeno coletivo, globalizante, e múltiplo (...) (DAMATTA, 1987, p. 45) Com isso, a realidade social compõe-se pela envoltura dos aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. (GIL, 1987, p.10)

Para antropologia social, cada aspecto da vida social só pode ser compreendido se estudado como parte de um conjunto integrado que envolve família, política, economia, religião, etc. O “Homem” só existe através da vida sociocultural e isolá-lo desta, mesmo em termos puramente analíticos, pode deformar qualquer processo de conhecimento (VELHO, 2003, p.19)

Nesta perspectiva, “o indivíduo não é visto apenas como receptor de cultura, mas como agente de mudança cultural”. Portanto, incorpora características próprias do grupo em que vive, adquirindo uma personalidade, sendo estas características que determinaram ações e

reações, sentimentos e comportamentos que buscam a melhor adaptação aos valores culturais do grupo. (MARCONI, 2007, p.07)

Para Marconi (2007, p. 35):

O comportamento do indivíduo é influenciado pelos padrões da cultura em que vive. Embora cada pessoa tenha caráter exclusivo, devido as próprias experiências, os padrões culturais de diferentes sociedades produzem tipos distintos de personalidades, característicos dos membros dessas sociedades. O padrão forma-se pela repetição contínua. Quando muitas pessoas, em dada sociedade agem da mesma forma ou modo, durante um largo período de tempo, desenvolve-se um padrão cultural.

Através dos estudos antropológicos percebe-se que isso se dá através do processo de endoculturação, que trata-se do “processo de aprendizagem e educação em uma cultura desde a infância”. (MARCONI, 2007, p. 47)

Cada indivíduo adquire as crenças, o comportamento, os modos de vida da sociedade a que pertence. Ninguém aprende, todavia, toda a cultura, mas está condicionado a certos aspectos particulares da transmissão do seu grupo.

Os valores de um grupo variam de acordo com a maior ou menor importância que os membros lhe atribuem, sendo o valor o grande propulsor que incentiva e orienta o comportamento humano. (MARCONI, 2007, p. 28)

De acordo com Clifford Geertz (2008, p. 93):

Os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo "ethos", enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo "visão de mundo". O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade.

O antropólogo Clifford Geertz dispõe ainda que a cultura pode ser vista como um conjunto de “mecanismos de controle” que governam o comportamento, que consiste no que outros autores como George Herbert Mead chama de “símbolos significantes” sendo eles, palavras, gestos, desenhos, sons musicais, usados para dar significado à experiência.

Foi através destes conceitos que nas entrevistas dirigidas aos adolescentes obteve-se os dados a seguir:

As músicas que me representam são as de Rap e Funk, para me vestir procuro fazer meu estilo, não gosto do que está na moda, não tenho tatuagem, minha religião é evangélico, e nunca participei muito de eventos culturais, antes de ser acolhido já tinha ido no cinema. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

Eu gosto de rap e funk. As roupas que uso são baseadas em favelado, porque eu odeio ser “Boy”. Tenho várias tatuagens, um cifrão que representa o dinheiro, o nome da minha mãe e uma gueixa que é uma japonesa. Sou evangélico, mas não gosto de ser. (Sujeito 3, 14 anos, masculino)

Eu escuto bastante funk e rap, são as músicas que gosto. Queria me vestir igual o Justin Bieber, não tenho tatuagem nem religião, mas acredito muito em Deus. Nunca participei de eventos culturais, a primeira vez que fui no cinema foi agora. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

Único tipo de música que gosto é funk. Eu faço meu estilo, tenho uma tatuagem de um palhaço que significa matador de polícia. Não tenho religião. Nunca fui nem no cinema nem no teatro, acho que não gosto. (Sujeito 7, 14 anos, masculino)

Conforme os relatos dos adolescentes, percebe-se que há uma preferência explícita pelo funk, sendo este o estilo musical que representa sua experiência cotidiana.

O funk desenvolveu-se a partir de 1970 sobretudo para narrar as histórias de violência na favela e posteriormente passaram a introduzir forte apelo sexual, havia uma certa similaridade com o rap em certas abordagens da vida em comunidade, o distanciamento com o rap ocorreu em 2008 com o surgimento do funk ostentação, que trata de vangloriar riqueza e poder. A chamada “comunidade funk” tem hoje cerca de 10 milhões de brasileiros, destes, 77% ouve funk diariamente, 50% comparecem periodicamente aos bailes, 22% consideram o estilo diversão e 26% exprimem ambições, ou seja, o convite a uma experiência de superação e ascensão, muitas vezes embutida na modalidade de funk que exalta atividades de facções criminosas (MEIRELLES, 2014, p. 109), fazendo emergir “o *ethos* do lucro a qualquer preço que dominou os jovens e que criou um poder baseado no medo e no terror em alguns bairros populares de várias cidades brasileiras”. (ZALUAR, 1997, p. 11)

As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento desenvolvido pelos grupos para fixar seus posicionamentos. O social intervém de diversas formas, pelo contexto no qual se encontra o grupo, pela comunicação, pela bagagem cultural, valores e ideologias ligados a vinculação social. Ou seja, a representação social dá sustento aos eventos tidos como normais. (SÊGA, 2000, p. 128,)

De acordo Gilberto Velho (1999, p. 117):

Representações, embora não forçosamente, vincula-se com a preocupação holística, referem-se as crenças e valores que cimentam, colam, juntam a sociedade (...)
Todavia, ao se trabalhar com o universo das representações de uma sociedade específica, tende-se a buscar os elementos e princípios que permitem a reprodução e continuidade da sociedade.

Isto posto, pode-se verificar que quando os adolescentes foram questionados sobre qual música representa sua vida, as respostas foram: “O amor venceu a guerra”, do rapper Gog, que trata sobre a vida e vitória de um traficante para abandonar a vida do crime. Além da música “Canto por vocês” do Legionários MC’s que alude a questões sociais diversas e soa

como um hino de solidariedade a aqueles que sofrem pela desigualdade social e estão à margem da sociedade. E ainda, a música “Eu não pedi para nascer” do grupo Facção Central que tem como refrão crianças pronunciando: “*O seu papel devia ser cuidar de mim, cuidar de mim, não espancar, torturar, machucar, me bater, eu não pedi para nascer*”, relato que se colocou em evidência diante da realidade pesquisada.

Outras músicas que surgiram como referência são funks como Mc Bin Laden e Mc Brinquedo que incentivam a criminalidade, a ostentação, a sexualidade e o consumo abusivo de drogas, que de alguma forma, também são músicas que transmitem as práticas e modo de vida do grupo a que pertencem.

Para Alba Zaluar (1997, p. 15):

Os jovens das Galeras funk desenvolvem um *ethos* de guerreiro em que aprender a brigar e “não dar mole” é a disposição mais importante que passam a incorporar na adolescência. E isto tem como suportes a incorporação descontrolada e acrítica do processo de globalização da cultura, ainda tão mal estudado entre nós, assim como a adoção de uma política extremamente repressiva em relação a alguns de seus efeitos, como o consumo de drogas ilegais.

Estes apontamentos podem ser confirmados nos relatos dos adolescentes principalmente quando eles expõem: “*As roupas que uso são baseadas em favelado, porque eu odeio ser “Boy” (Sujeito 3, 14 anos, masculino)* ou ainda, “*Eu faço meu estilo, tenho uma tatuagem de um palhaço que significa matador de polícia” (Sujeito 7, 14 anos, masculino)*.”

Vale ressaltar que o cenário onde nasceram e vivem os adolescentes acolhidos trata-se dos bairros periféricos da cidade, lugar cheio de conflitos, riscos e ameaças, marcado pelo alto índice de violência, sendo assim, adotar uma postura de “bom menino”, pode significar colocar-se em risco, enquanto o *ethos* de guerreiro/ vilão, ou “menino mal” significa sobrevivência.

Neste contexto, observa-se que a “luta do bem contra o mal” consagrada no período medieval, principalmente nas teorias Lambrosianas, que alude ao “bem” representado pelos seres humanos normais, e o “mal” constituído pelos criminosos, cujo mal deveria ser extinto para conservação do bem, já discutida por Foucault³ (1926), Galeano⁴ (1940), Nietzsche (1844) dentre outros autores, se coloca em evidencia a todo tempo, inclusive pode ser observado no estilo do cabelo dos adolescentes, quando eles pintam de duas cores para representar o “lado do mal e o lado do bem”, estilo difundido pelo funk do Mc Bin Laden.

³ Ver Michel Foucault, Vigiar e Punir, 2004.

⁴ Ver Eduardo Galeano, O Teatro do bem contra o mal, 2002.

Nesse sentido, observa-se diversos costumes simbólicos como utilizar uma meia preta e outra branca, tatuagens de palhaço – matador de polícia ou assaltante, carpa – dono de “biqueira⁵”, cifrão – poder econômico, dentre outros.

Enfim, esse *ethos* de vilão tem se reproduzido pelos adolescentes, mesmo que não participem de atividades criminosas, ou tão pouco tenham matado um policial, sugerindo pertencimento, e representatividade dentro do grupo social do qual convivem, sendo esta a cultura que se manifesta intensamente também na instituição, onde pode-se observar que não há uma cultura institucional que sobrepõe a cultura trazida pelos indivíduos.

Vale ressaltar que ainda hoje algumas instituições, buscam o rompimento desta cultura através do incentivo ou imposição da religião, a uniformização do modo de se vestir, ou a proibição de quaisquer costumes considerados “cultura de rua” no âmbito institucional, como exemplo, a linguagem, renegando o direito à preservação de sua imagem, de sua identidade, dos seus valores culturais, ideias e crenças, garantido pelo ECA⁶, retroagindo ao conceito etnocêntrico de “cultura inferior e cultura superior”. No entanto, identificar, valorizar e respeitar a cultura trazida pelos adolescentes utilizando-a como instrumento de pertencimento e estratégia de transformação social pode trazer resultados muito mais significativos e duradouros diante do contexto em que estão inseridos.

Conforme expõe Junior (2011, p. 20):

Considerar apenas uma cultura em uma sociedade indica a aceitação do conceito de cultura estabelecido pelos grupos dominantes, que reconhecem, como legítimos e verdadeiros, apenas os seus próprios valores culturais. Por isso, localizar socialmente os discursos, estabelecendo o seu *ethos* de classe, é tarefa importante para não generalizar conceitos e valores de uma classe como verdadeiros e únicos em toda uma sociedade.

Quanto a religião, todos os adolescentes mencionaram que são evangélicos, mas, percebe-se que este traço cultural foi adquirido principalmente pela imposição da família, por outro lado demonstram fé em Deus independentemente da religião que pertencem.

Ainda, outro ponto preponderante que se pode observar trata-se do processo de aprendizagem a cultura, conforme descrito pelos adolescentes o decesso a outros meios de internalização da cultura como teatros, cinemas ou eventos culturais diversos, não fazem parte do cotidiano de suas vivências, conforme assegura o Estatuto da Criança e do adolescente:

⁵ Local de venda e uso de drogas.

⁶ Art. 58 - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. (ECA, 1990)

Art. 59 - Os Municípios, com apoio dos Estados e da União estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Os antropólogos preocupam-se com as formas que os indivíduos utilizam para assimilar sua cultura e adaptar-se convenientemente, sendo a educação e a socialização as principais vias de aquisição da cultura e personalidade. A família, os amigos, a sociedade os meios de comunicação exercem papel fundamental na assimilação de normas, atitudes e formação de sistema de valores. “A sociedade não pode ser separada dos indivíduos, e por sua vez, nenhum individuo alcançará suas potencialidades sem uma cultura em que participe. (MARCONI, p. 185, 2007)

Neste contexto, por exemplo, as drogas podem ser vistas como porta de entrada para esse estilo de vida e visões de mundo do que como tema central. Sua importância é conjuntural, ou seja, funcionam basicamente como demarcador de fronteiras e de hierarquias em determinadas situações que expressariam modos particulares de construção social da realidade. (VELHO, 1994, p. 123)

3.1 ADOLESCENCIA E AS DROGAS

Estudos sobre adolescentes em situação de rua no Brasil demonstraram um alto percentual de uso de droga – 88% usaram uma ou outra droga alguma vez na vida (NOTO et al, 1997 *apud* SCHENKER, 2004, p. 72). Neste ponto, a categoria “situação de rua” é atribuída os adolescentes que evidentemente moram nas ruas, e aos que passam a maior parte do tempo nas ruas, pois o conflito, a violência, as drogas ou abuso de álcool, a vizinhança do crime, e a separação de família forneceram razões para que eles deixassem seus lares, como é o caso dos adolescentes participantes desta pesquisa.

“Há um consenso geral de que a principal razão para deixar o lar não é o uso de drogas e sim os maus tratos recebidos em casa e que o uso de droga é uma consequência de sair de casa e viver nas ruas”. (SCHENKER, 2004, p. 74) E ainda, que em geral jovens e adolescentes fazem uso de drogas pela primeira vez, devido à influência de pares e à curiosidade, sendo esta a realidade apresentada pelos adolescentes quando questionados se já tinham feito uso de drogas:

Sim. Maconha, cocaína, todas, menos crack. Comecei com 5 anos, com meu primo e minha mãe também me dava. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

Sim. Maconha, lança-perfume, cocaína e LSD. Comecei com 11 anos, comprei de um menino da escola. (Sujeito 2, 14 anos, masculino)

Sim. Crack, cocaína, lança-perfume, maconha. Comecei com 14 anos, usei crack na praça em frente da igreja. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

Sim. Maconha, cocaína, lança-perfume, Skank. Com 9 anos, com maconha, na rua. (Sujeito 6, 14 anos, masculino)

Sim. Cocaína, Maconha, Cigarro, Lança – Perfume, na rua. Com 5 anos de idade. (Sujeito 10, 13 anos, masculino)

Pode-se verificar que o consumo de drogas se iniciou na infância, ou no início da adolescência, sendo o local de consumo a rua, ou ainda a própria casa conjuntamente com amigos e/ ou familiares. Os adolescentes pesquisados mostraram-se conscientes de que o uso de droga pode ser prejudicial quer fisicamente quer em termos de comportamento. Para muitos, entretanto, o uso de droga serve como papel importante no fato de viver/ ser das ruas.

Para Espinheira (2004, p.13):

A cultura das drogas também pode ser vista como um modo social de articulação de atitudes, de linguagem particular, que os usuários produzem para se comunicar entre si e marcar suas identidades de indivíduos e grupos frente aos demais. Esse conjunto de representações pode ser visto como um universo próprio, como um mundo em que se vivencia uma pluralidade de relações que extrapolam o universo familiar e o de vizinhança.

Ainda, pode-se observar que os adolescentes expressam uma certa discriminação acerca do consumo de crack, que notoriamente contrapõe o posicionamento destes sobre o uso da maconha, tida como a droga de preferência, de uso habitual e fator de pertencimento do grupo, seja na escola, nas ruas, ou na própria instituição.

Este ponto de vista é defendido pelo antropólogo Edward MacRae (1986, p. 198), que enfatiza os aspectos socioculturais do uso da maconha, ele menciona que o consumo desta substância pode se revestir de significados múltiplos, como exemplo: Resistência cultural – afirmação de identidades sociais minoritárias ou ainda: Reforço de redes de sociabilidade – entre os jovens principalmente, participar do mundo da maconha é uma maneira de ter acesso a diferentes classes sociais.

Deste modo, para os adolescentes o uso de drogas é tido como padrão cultural, visto que é um comportamento regular entre os indivíduos dos quais convivem, além disso perpassa gerações, caracterizando a repetição contínua e é tido principalmente como esfera de pertencimento ao grupo social.

Porém, observa-se que neste arcabouço cultural do uso de drogas emerge outro paradigma, que trata-se da violência.

3.2 A VIOLÊNCIA

A violência, considerada como um fenômeno social, é intrínseca a qualquer tipo de sociedade, pode ser analisada como um filtro que permite esclarecer certos aspectos do mundo social porque denota as características do grupo, a forma sob a qual se manifesta é que reflete seu significado para o grupo e para que ocorra depende dos estímulos provenientes da própria sociedade. (GULLO, 1998, p. 106)

Para a autora Zaluar (1999, p. 09):

Violência vem do latim violentia, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente.

No caso dos adolescentes acolhidos, quando questionou-se sobre o que é violência e se já presenciaram algum tipo de violência, as respostas foram as seguintes:

Todas. Já vi gente levar facada, já assaltei a mão armada, já vi outro levar tiro, já vi briga na escola, já apanhei da minha mãe e do meu pai e da polícia. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

Já. Já bati muito nas pessoas. Já apanhei muito também. Já vi gente morrer, meu primo morreu com garrafada no pescoço no jogo de futebol. (Sujeito 6, 14 anos, masculino)

Já. Na escola, em casa, meu tio me batia, minha mãe me batia. Aqui no abrigo sempre tem briga. (Sujeito 8, 11 anos, masculino)

Já bateram na minha cara. Já vi um cara morrer, com um tiro. (Sujeito 10, 13 anos, masculino)

Pode-se verificar que de acordo com os adolescentes o discurso sobre violência pauta-se no que Roberto Damatta (1981, p. 23) denomina, discurso do senso comum ou popular, trata-se das experiências cotidianas das pessoas, surge como um mecanismo, e não como um estado na sociedade.

“De fato, a imagem que aparece quando falamos de violência neste nível é uma briga, agressão ou conflito onde o informante visualiza frequentemente dois seres em luta ou ação física.” (DAMATTA, 1981, 23)

Ainda, percebe-se que a violência é parte das relações que compõem o grupo, conseqüentemente é tida com alguma denotação de normalidade.

Conforme expõe Ivete Walty (2003, p.87):

As armas do agressor ou do agredido, metonímias da luta pela sobrevivência, são marcas do espaço excluído e de sua linguagem reflexiva e refratária. Reflexiva porque traduz a violência das relações sociais, e refratária porque é devolvida sob novas formas de violência, num jogo de bate e volta.

A desigualdade social é apontada como uma das origens estruturais da violência e suscita nas sociedades contemporâneas. A contradição de uma sociedade desigual contribui para manifestações da violência física e moral. Favorece impulsos que se expressam através de hábitos, costumes, tradições. (SOUZA, 2012, p. 21)

É por isso que a violência deve ser vista a partir de suas singularidades e seus modos específicos de manifestação em cada sistema com seus valores, ideologias e configurações que se combinam concretamente em situações históricas particulares. Ou seja, além de ser inerente às relações sociais ela varia de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes grupos e sociedades, historicamente considerados. (GULLO, 1998, p. 106)

Para Souza (2012, p.21):

A violência contra o ser humano faz parte de uma trama antiga e complexa: antiga, porque data de séculos as várias formas de violência perpetradas pelo homem e no próprio homem; complexa por tratar-se de um fenômeno intrincado, multifacetado. Podemos então considerar a violência como todo ato ao qual se aplique uma dose de força excessiva e a agressão como uma forma de violência (força contra alguém aplicada de maneira intencional, com a pretensão de causar um dano à outra pessoa).

Neste sentido, outro modelo que circunda o conceito de violência trata-se da violência institucional, que se contrapõe a violência dos excluídos e pode se manifestar de diversas formas, como exemplo a violência que se manifesta através do aparato policial que caça, prende, tortura e mata cidadãos protegido pelo pressuposto de que se trata da luta do bem contra o mal.

3.3 O PODER PÚBLICO

Hoje apesar dos diversos aparelhos do Poder Público existentes para atendimento da criança e do adolescente, dentre eles, a escola, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar, percebe-se que para os adolescentes há uma aguçada relação histórica entre eles e a Polícia, para eles trata-se da primeira instância de contato e acesso ao Poder Público, ou seja, o braço policial passa a ser o único tipo de representação do Estado. Pode-se observar que para os adolescentes os serviços públicos ainda são mal avaliados, quando presentes nem sempre garantem a satisfação causando um clima de desconfiança generalizado.

No caso particular das polícias militares cuja prática da violência é o seu cotidiano, podemos analisar o comportamento de seus membros como decorrência da combinação de quatro fatores fundamentais: **concepção, ideologia, treinamento e impunidade**. No que refere-se a concepção dá-se ao fato que foram concebidas como instrumento de poder no

período do regime militar, deveriam manter a ordem autoritária e evitar desvios. Diante disto, desenvolveu-se nos comandantes a ideologia da repressão policial fundamentada na visão militar de ordem, respeito à autoridade, submissão à vontade do comando e punição exemplar. Os valores autoritário-repressivos são repassados através de treinamento onde se dá pouca ênfase a questões ligadas aos direitos humanos ou às diferenças inerentes às camadas sociais que compõem a sociedade. A impunidade fica sendo o fator que consolida o desvio da ação policial militar porque, neste meio, existe uma justiça paralela e corporativa que tende a proteger os seus pares. (GULLO, 1998, p. 111)

Diante da impunidade dos responsáveis por práticas ilegais e discriminatórias contra os jovens, os policiais corruptos e violentos que usam suas armas com pouquíssimos controles institucionais não criam nos jovens pobres o fascínio pelo poder militar de tal modo exercido (ZALUAR, 1997, p.13), como pode-se verificar nas falas dos adolescentes entrevistados:

Odeio a polícia. Porque não pode fazer nada que eles já querem prender e bater. (Sujeito 3, 14 anos, masculino)

Polícia é tudo de ruim. Porque mata, porque bate mesmo quando você não está fazendo nada de errado. O trabalho do policial está errado. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

“São coisa brava” num gosto deles. Porque são folgados todo lugar que me encontra me bate. (Sujeito 6, 14 anos, masculino)

Eu odeio a polícia desde pequeno, desde que minha vó morreu por causa da polícia. Ela vendia droga e teve um “revistamento” e ela teve um ataque e eles não deixaram ela ir no médico, ficou lá com a boca espumando e ninguém fez nada. E ela morreu lá junto comigo e eu não sabia o que fazer. (Sujeito 8, 11 anos, masculino)

“Sem reconhecer as diferenças sociais, os policiais militares tendem a ter uma visão distorcida da população. O pobre, o negro, o desempregado, o mal vestido, são vistos como suspeitos e, portanto, passíveis de um tratamento repressivo”. (GULLO, 1998, p. 105)

Este clima de desconfiança e insatisfação com o Poder Público conseqüentemente é transmitido a outras instâncias, inclusive para a instituição de acolhimento, visto no relato: “Não tinha nenhuma expectativa quando cheguei aqui, só tinha medo”. (Sujeito 9, 13 anos, masculino) A desconstrução desta representação no serviço de acolhimento institucional, só é possível através do trabalho árduo e cotidiano dos diversos profissionais envolvidos no processo de acolhimento.

Por outro lado, há uma dificuldade explícita para que esta desconstrução ocorra em outros segmentos como o Poder Judiciário, uma vez que apesar das visitas e atendimentos periódicos aos adolescentes, ainda há o distanciamento desta esfera para a realidade e

dificuldades vivenciada pelos acolhidos, este distanciamento é mencionado por Franco (2001, p. 177):

Estamos num mundo em que o *timing* das transformações não bate com o *timing* do direito. O discurso jurídico está lá atrás e mundo está lá na frente. Os conceitos que oferecemos são conceitos que hoje se mostram absolutamente superados. E tivemos sempre na universidade, na preparação para ingresso na Magistratura a ideia de que o juiz é um ser especial, de que o juiz é alguém que está acima do tempo e do espaço, de que o juiz, em verdade é o dominador de todas as situações porque dispõe de um instrumento fantástico chamado direito. (...) Não é possível que um juiz consiga fazer um julgamento sem que conheça alguma coisa a mais que o direito. Tem o dever de estar ao corrente de tudo que se passa na realidade.

O autor Franco (2001, p. 180) acrescenta ainda que para que este distanciamento não ocorra, essencialmente faz –se necessário o juiz descer para estar em contato com o homem comum. “Descer do seu linguajar específico, necessita tirar suas vestes talaes, precisa dessacralizar seus rituais de juiz e, principalmente, ver que está ali pra ser julgado um ser humano como ele, nem melhor e nem pior”.

Em relação a escola, enquanto Poder Público tem-se um cenário ainda mais complexo provocado por este distanciamento, pode-se observar que muitos dos estabelecimentos educacionais não conseguem diferenciar o adolescente acolhido sob medida protetiva e o adolescente que cumpre alguma medida punitiva por ato infracional, não que devesse ocorrer uma diferenciação, já que o direito a educação pertence a todos adolescentes, mas para a escola o adolescente inserido em qualquer instituição, independentemente do motivo, trata-se de um adolescente problema. Assim sendo, os adolescentes são estigmatizados desde o primeiro momento em que ingressam no mundo escolar, e o comportamento que reproduzem no âmbito escolar muitas vezes ainda é tido como “caso de polícia”, o que colabora para que a representação que o adolescente traz consigo da escola seja inevitavelmente negativa.

Para Zaluar (1997, p.06):

Muitas das lutas levadas à frente como sendo de direitos humanos, especialmente no que se refere à violência institucional contra os pobres, na verdade são lutas para tornar seus direitos civis reais, e não meramente formais, pois já estão na letra da lei.

Este panorama, nos leva ainda a outro paradigma da violência que trata-se da violência simbólica, que mostrou-se em evidencia durante a realização da pesquisa.

3.4 PRECONCEITO: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Estigmatizar alguém é uma violência simbólica, é uma criação social que se origina de atitudes carregadas de pré-conceitos de elementos de um grupo sobre o outro, contribuindo

para o surgimento e manutenção das diferenças, reafirmando estereótipos padronizadores de conceitos sobre determinado grupo, intensificando o comportamento discriminatório.

Para Souza (2012, p. 21)

A violência simbólica parte do princípio de que a cultura simbólica ou sistema simbólico é arbitrário, uma vez que não assenta numa realidade dada como natural, o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma concessão social, e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através de interiorização da cultura por todos os membros da mesma.

Quando os adolescentes foram interrogados sobre o preconceito e se já passaram por situações estigmatizantes, as respostas obtidas foram:

Sim. Na escola, na rua, na família, por ser diferente. (Sujeito 2, 14 anos, masculino)

Não sei. Como vou saber o que os outros pensam? Sim, várias pessoas, na escola, na rua, porque eu moro no abrigo. (Sujeito 3, 14 anos, masculino)

Preconceito racial. Acho que tem muita diferença comigo porque eu sou preto, principalmente na escola. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

Preconceito? O que é isso? As vezes aqui no abrigo os meninos me tratam mal. (Sujeito 8, 11 anos, masculino)

Sim. Tem gente que fala que eu uso crack. Na escola e em todos os lugares. (Sujeito 10, 13 anos, masculino)

Além das representações apresentadas acima, encontrou-se o preconceito nas falas dos adolescentes quando questionados sobre a relação que tinham com os vizinhos da instituição, uma vez que encontra-se afastada do território de convívio que mantinham anteriormente ao acolhimento institucional:

Nossa, a relação é muito ruim. Qualquer coisa chama a polícia. Tem muito preconceito porque a gente usa droga. Se eu fosse rico não tinha preconceito. Rico tem preconceito de pobre, a gente devia entrar lá e roubar tudo. (Sujeito 6, 14 anos, masculino)

Os vizinhos não conversam com a gente e sempre chamam a polícia, não aceitam a gente aqui. Acho que é preconceito. E eles tem medo que a gente roube eles. (Sujeito 1, 14 anos masculino)

Neste sentido, concorda-se com as palavras da antropóloga Zaluar que explica que “quando as discriminações raciais combinam-se com as discriminações contra o pobre, tem-se as mais claras situações de exclusão em diversos setores, por variados processos. (ZALUAR, 1997, p. 03)

Portanto, pode-se verificar que do universo destes adolescentes emergem diversas formas de violência, seja ela a violência física, a violência estrutural, a violência institucional, ou ainda a violência simbólica. Trazendo à tona uma gama de representações que se

entrelaçam e se reproduzem nas mais diversificadas formas conduzindo a manutenção da exclusão social.

3.5 A CASA E SEUS COSTUMES X A RUA E SEUS COSTUMES

O antropólogo Roberto Damatta em sua obra “A Casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil”, publicado em 1985 expõe que há um simbolismo nas categorias casa e rua, posto que a casa representa o espaço que nos concede intimidade e hospitalidade perpétuas, sendo assim “estar em casa” sugere relações harmoniosas que expressam “amor, carinho e consideração”. De um outro lado, a rua é local de individualismo e malandragem.

Conforme Damatta (1991, p. 17) exhibe:

Quando, então, digo que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidade moral, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados, e por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Nesta mesma obra Damatta (1991, p. 60) acrescenta ainda que a oposição casa/rua tem aspectos complexos, primeiramente por seu uma oposição que nada tem de absoluta e ainda porque nos espaços brasileiros rua e casa se reproduzem mutuamente, uma vez que há espaços na rua apropriados por grupos, categorias sociais ou pessoas que vivem na rua como se estivessem em casa. Sendo este o ponto, que os relatos coletados concordam com o autor, quando os adolescentes dispõem sobre a representação que têm de sua casa:

Ela era muito bagunçada. Era tudo suja. Muita briga e xingamento. Minha casa era uma biqueira. 24 por 48 na sala, no quarto da minha vó, da minha irmã, tinha gente cheirando cocaína e fumando maconha, eu nunca gostava disso. Por isso que não gosto de ir lá. Não tinha regras. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

Você viu minha casa. Era um barraco de quatro paredes, eu dormia debaixo da telha, junto com as galinhas. Não tinha regras, mas tinha hora pra chegar e trazer dinheiro. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

Casa de madeira, teto podre, eu minha mãe e meus irmãos. Depois teve uma casa de telhado normal, que ela conquistou vendendo droga, mas depois foi presa. A gente costumava passear no rio, no mato. (Sujeito 6, 14 anos, masculino)

A casa da minha vó era grande. Tinha até um bar, e eu ficava sempre lá. Costume, eu não lembro, faz muito tempo que eu não vou lá. (Sujeito 8, 11 anos, masculino)

Não tinha quase nada. Queria que tivesse água, porque nunca tem. (Sujeito 10, 14 anos, masculino)

Percebe-se portanto que as habitações prévias ao acolhimento, compunham padrões de vida muito próximos aos que se apresentam para quem vive na rua: moradia e acolhimento precários, falta de saneamento, de higiene e padrão alimentar incerto indicam uma fronteira muito tênue entre a vida em casa e a vida das ruas. Ou seja, não há uma diferença explícita significativa entre “estar em casa” e “estar na rua”. (SILVA, 2012, p.85)

Outro fator que se pode observar é que para o universo total dos adolescentes entrevistados, obteve-se a mesma resposta quando questionados se poderiam elencar algumas regras da rua e algumas regras da casa, sem exceção responderam que “*A rua não tem regra. E na sua casa? Também não, nenhuma regra*”.

Portanto, coloca-se em cheque a existência de uma ruptura entre a casa e a rua, haja vista as potencialidades fluídicas e relacionais que estas dimensões exibem, revelando que a rua e a casa, no contexto deste grupo de adolescentes, nunca foram separadas por fronteiras rígidas e definitivas. (SILVA, 2012, p.85)

Conforme Silva (2012, p. 07 *apud* LEAL, 2008, p. 103):

Convém indagar se há, de fato, uma transubstanciação tão significativa que respalde a essencialização que a rua instiga. A própria terminologia “de rua” acaba por confundir um processo dinâmico, relacional, com uma essência social, ignorando heterogeneidades e homogeneizando os tratamentos direcionados ao referido segmento. Em tal nível de reflexão, Eduardo Leal considera a “situação de rua” como uma “dinâmica social delimitada e possível a crianças e adolescentes de camadas de baixa renda, de acordo com a relação cultural estabelecida destes com o espaço público”

E ainda, outro ponto que merece ênfase é que na visão dos adolescentes a categoria rua esta notoriamente relacionada as representações e conceitos que tem sobre ser livre e a liberdade.

Ser livre é fazer o que você quer, o que você pensa. No abrigo eu sou livre, mas as vezes me sinto preso. Na rua eu sou livre. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

Ser livre é ficar na rua o dia inteiro. Não, aqui não me sinto livre. (Sujeito 3, 14 anos, masculino)

Liberdade é estar na rua no mundão. Aqui no abrigo me sinto livre também. (Sujeito 5, 14 anos, masculino)

Ser livre é ficar na rua e brincar. Não, aqui eu não tenho a liberdade que eu tinha, eu não posso ficar na rua. (Sujeito 8, 11 anos, masculino)

Liberdade é quando a pessoa sai da cadeia ou da FEBEM. Não me sinto livre aqui porque não posso ir pra minha “quebrada” (rua). (Sujeito 10, 13 anos, masculino)

Sendo assim, entende-se que para eles o conceito de liberdade esta intrinsecamente relacionado com a vida nas ruas, é fazer parte de um espaço onde não há regras, ou mesmo

que uma “liberdade” mascarada. Neste caso, percebe-se que muitas vezes a proteção e o acolhimento institucional representam o cerceamento da liberdade, haja vista que no cotidiano do serviço de acolhimento é comum ouvir os adolescentes muitas vezes expressar que vão “fugir”, mesmo tratando-se de uma instituição de portas abertas.

4 FAMÍLIA?

A categoria família é tida como universal por estar presente em todas as sociedades humanas, apesar das variadas regras e normas que circundam o conceito de família, diante disto a conceituação de família sofreu adequações significativas através das transformações societárias.

Por conseguinte, leva-se em consideração a família conforme Muniz (2011, p. 12) que define:

A família é concebida como o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e compartilhamento, de renda e ou dependência econômica. Espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser protegida.

Através de diversos estudos, foi possível elencar algumas das funções da família, sendo elas: Sexual – atende as necessidades sexuais permitidas por meio da institucionalização da união, por exemplo, o casamento; Reprodução – visa a perpetuação por meio da prole; Econômica – assegura o sustento e a proteção dos filhos; Educacional – o cuidado com a criança é de suma importância e universalmente reconhecido. (MARCONI, 2007, p. 95)

No que refere – se a função educacional pode-se combinar uma outra função de suma importância, denominada de função socializadora que trata-se do processo de endoculturação, onde transmite a herança cultural e social, ou seja, a linguagem, usos, costumes, valores e crenças, como forma de preparar a criança para a vida em sociedade. (MARCONI, 2007, p. 95)

Por ser a reintegração familiar e o trabalho com a família um dos alicerces do acolhimento institucional, os adolescentes foram questionados sobre o que é família no ponto de vista deles. As respostas coletadas foram as seguintes:

Família é tudo. São as pessoas que te ama e sempre vão te amar. Na minha família tem gente do bem e tem gente do mal. Eu mesmo, as vezes, sou do bem as vezes sou do mal. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

Família é algo bom por um lado porque cuida de você. Mas por outro lado é ruim, porque acham que são seus donos e você não pode ter desejos. Minha família não é estruturada, tem muita briga e confusão até um tempo eu morava com minha mãe que é usuária de crack, então eu passei a morar com a minha vó, então eu passei a usar drogas e eles não aceitam. (Sujeito 2, 14 anos, masculino)

Pra mim família não é nada. Quer te destruir. Maltratar e infernizar. Minha mãe e meu pai são uma merda. Família tem que se ajudar e na minha isso não acontece. (Sujeito 5, 14 anos, masculino)

Não sei o que é família. O que eu gosto do meu irmão é que ele dá droga pra eu fumar. Minha mãe deixava eu sair quando eu quisesse, meu pai só me bate, odeio ele. Minha mãe não era carinhosa. (Sujeito 7, 14 anos, masculino)

Através de relatos como estes, obtidos nas entrevistas é que há a tendência de caracterização das famílias que encontram-se em vulnerabilidade social como famílias “desestruturadas”, conforme expõe Silva (2012, p.74 *apud* ESCOREL, 1999, p. 134):

É a instancia familiar, de ordem privada, a que proporciona o maior número de motivos explicativos para a presença de crianças e adolescentes nas ruas, como se nestas famílias – além de serem pobres e não contarem com o respaldo da ação pública governamental – faltasse um ‘gancho’ que conseguisse ancorá-los em seu domínio. Uma parcela da opinião pública mantém uma explicação ‘naturalizada’ da desigualdade e o ônus maior recai sobre a família pobre que seria, naturalmente, conflituosa.

Porém, responsabilizar a estrutura familiar pelo desconcerto desse múltiplo arranjo de determinações política, econômica, social e cultural trata-se de estereotipar a família pobre, como desagregada e promotora de seres desviantes, marginais. (SILVA, 2012, p. 74 *apud* ESCOREL, 1999, p. 134).

Neste sentido, a “discussão deve ampliar-se para uma dinâmica que, ao invés de excluir, abarque as relações familiares em termos de uma história de vida marcada por deslocamentos e variações constantes no que tange às vinculações sociais estabelecidas”, (SILVA, 2012, p. 72) uma vez que as famílias dos adolescentes acolhidos são oriundas dos estratos mais pobres da população e “por trás de uma criança de abrigo sempre há uma família que foi abandonada pelo Poder Público”.

E ainda, independentemente das condições econômicas e conflitos existentes na estrutura familiar, são os vínculos familiares que asseguram ao indivíduo a segurança de pertencimento social. Nessa condição, o grupo familiar constitui condição objetiva e subjetiva de pertença e referência. (CARVALHO, 2004, p. 272)

Conforme refere Silva (2012, p. 72):

A família revela sua continuidade pelo poder de referência que comporta e que se apresenta sob variadas formas de representações positivas, negativas, antagônicas. São lembranças carinhosas, revoltosas, ressentidas. Evocam um poço de cobranças ou empecilho à “liberdade”.

Este valor conferido à família permeia diferentes dimensões temporais e fundamenta a carga de sentidos atribuída aos laços familiares. Sendo este o motivo propulsor da manutenção da convivência familiar e dos laços de afeto.

4.1 SISTEMA DE PARENTESCO, PERTENCIMENTO, E RECIPROCIDADE

O campo do parentesco estudado no século XIX propõe que há sistemas diferenciados de classificação de parentes de um modo diverso e independente das relações de família, basicamente, que a classificação de parentes não obedece a um código universal fundado na família nuclear. Ou seja, as formas da organização da família se alteram não devendo ser tomadas como absolutas e que a designação de parentesco apesar de variadas, são coerentes. (DAMATTA, 1987, p.225)

Nas sociedades de pequena escala, ou comunidades humanas a importância das relações de parentesco se dá pois as categorias básicas da relação biológicas servem como um meio de identificar e ordenar as relações sociais.

Conforme aponta John Beattie (1971, p.117):

Assim, o parentesco pode fornecer um guia para uma grande variedade de relações sociais em que é provável que uma pessoa se envolva no decorrer de uma vida. Mas, acima de tudo o parentesco é muito mais comumente utilizado por dois objetivos importantes. Primeiro, ele fornece um modo de transmitir status e propriedade de uma geração a outra e, segundo, em algumas sociedades ele serve para estabelecer e manter grupos sociais efetivos.

Para Hobel e Frost (1981, p. 237 *apud* MARCONI, 2007, p. 103), as relações de parentesco consiste em funções interagentes, atribuídas, segundo o costume, por um povo, aos diferentes status de relacionamento.

Os estudos de Marconi (2007, p. 104) explicam que:

A origem do sistema de parentesco encontra-se no fato de o indivíduo pertencer, ao mesmo tempo, a duas famílias nucleares: a de orientação (onde nasceu) e a de procriação (que constituiu). Pertencendo as duas, ele estabelece um elo entre os membros de ambas. A ramificação dessas series de elos vai unindo um grupo de indivíduos a outros, por meio dos laços de parentesco; cada família terá seus próprios parentes.

Para além da origem biológica e da consanguinidade, diante das diversas modificações da sociedade brasileira, percebe-se que o pertencimento exposto acima através do sistema de parentesco pode ocorrer através da afinidade e afeto. Como é o caso, por exemplo, da adoção, onde leva-se em consideração além do grau de parentesco, a relação de afinidade ou de

afetividade atribuindo a condição de filho ao adotado com os mesmos direitos e deveres inclusive sucessórios (ECA, Art. 41, 1990)

Isto posto, outro fator que interessa ao estudo, trata-se da teoria da reciprocidade, conforme expõe a antropóloga Zaluar (1997, p.07):

Uma das correntes mais influentes da Antropologia caracterizou o social como a esfera da reciprocidade, dos laços morais e da comunicação interpessoal (...) Hoje, no término do século, o esgarçamento do tecido social, a violência urbana, a fragmentação que atinge todas as formas de organização celular e a perda de ímpeto dos movimentos sociais, além dos novos desafios colocados pela teoria econômica neoliberal, que permanece centrada no indivíduo e no interesse, têm levado numerosos cientistas sociais a recuperar os termos do debate no início do século.

A teoria da reciprocidade formulada por Malinowski (1961) e Mauss (1968) traz consigo a questão do código da aliança já exposto por Lévi-Strauss centradas na ideia de relações e configurações (1958 e 1962). O autor Eric Sabourin (2011, p.31) expõe que:

As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos e éticos, como o havia identificado Aristóteles (1994). A relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação, em outras estruturas, podem produzir outros valores específicos.

A reciprocidade pode ser evidenciada nos relatos dos adolescentes, quando questionados sobre laços de afeto e pertencimento, quando indagados se havia alguém que considerava como “família” apesar da consanguinidade e relações de parentesco.

Sim. Alex, Fabricio, Wellington, Erick, Maicon, José, Luiz, Caio... Ah! Todos os caras que já passaram pelo abrigo. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

Sim. Um amigo da escola. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

Sim, amigos da escola e os que fiz aqui no abrigo. (Sujeito 3, 14 anos, masculino)

Sim. A turma do abrigo. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

Todos os caras do abrigo. São meus irmãos. (Sujeito 6, 14 anos, masculino)

No universo em pauta os amigos podem ser tão ou mais significativos que os parentes, em termos de frequência de contato, apoio cotidiano e compartilhar de dificuldades. (VELHO, 2002, p. 28)

“Nas comunidades domésticas, onde vigoram as relações baseadas no amor e na amizade, a reciprocidade é de natureza restrita ou generalizada, envolvendo pessoas que se conhecem entre si e têm muitos laços de longa duração”. (ZALUAR, 1997, p. 09)

Conforme o autor Gilberto Velho (2002, p. 35) expõe:

Os laços entre amigos não obedecem a padrões rigidamente definidos de trocas e obrigações, há maiores possibilidades de se estabelecer novas relações que

substituíam, completam ou ampliam as tradicionalmente dadas pelo universo da família e do parentesco. Trata-se de um tipo de sociabilidade específica, caracterizada pela grande ênfase da liberdade de escolha individual.

Neste sentido, tem-se a “família vivida” descrita por Gomes (2002, p.26) ao referir-se à família contemporânea, onde as relações de afeto são estabelecidas através da vida cotidiana, apontando que família é:

Um grupo de pessoas, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para as crianças e idosos que aparecerem neste contexto.

Assim sendo, concorda-se com o antropólogo Roberto Damatta (1987, p. 02), quando ele menciona que “fazer parte de uma totalidade viva e atuante, são o centro mesmo da sociabilidade humana, presentes onde quer que vivam humanidades, sob quaisquer condições”.

5 E QUANDO EU CRESCER

Ao reduzir os problemas e dilemas dos processos sociais complexos que articulam o local, o nacional e o global à esfera do social, faz emergir adolescentes que deixam de ter alternativas futuras que não as drogas, a delinquência ou a morte prematura. (ZALUAR, 1997, 13)

Conforme Ivete Walty (2003, p. 92), propõe baseando-se em Michel de Certeau:

Os excluídos constroem seu cotidiano retornando nas malhas do sistema que os excluem, o que se pode constatar é que, atualmente, a linguagem com que eles constroem seu mundo é, como já se disse, feita dos cacos, dos detritos do mundo excludente. Um desses detritos é a violência e as drogas.

Esta perspectiva pode ser confirmada através dos relatos obtidos, onde percebe-se que os adolescentes tendem a enxergar seu futuro como produto da reprodução de sua condição econômica, política e sociocultural, travando uma postura que tem em vista transmitir essas práticas, sendo a ruptura com determinados comportamentos e costumes improváveis ou muito distante de sua realidade, defendidas através da expressão: “Sempre foi assim!”

Meu futuro não enxergo bem. Só violência, tiro, morte. Sempre foi assim. Meu futuro só pode trazer desgraça. Se você pudesse mudar algo em sua vida, o que seria? Meu comportamento, meu respeito pelas pessoas e minha educação. Qual o seu maior sonho? Fazer faculdade e ser bombeiro. Se você pudesse mudar algo no mundo, o que seria? A violência, as drogas. (Sujeito 1, 14 anos, masculino)

No futuro me vejo um nada. Gostaria de entrar pro exército e dar a volta por cima e encarar de frente todo mundo que me humilhava. Se você pudesse mudar algo em sua vida, o que seria? Minha idade. Queria mudar tudo que passei, nascer de novo e ver se as coisas seriam diferentes. Qual o seu maior sonho? Entrar no exército e

ser capitão. Se você pudesse mudar algo no mundo, o que seria? Não haveria nem drogas, nem crime. (Sujeito 5, 16 anos, masculino)

Eu me enxergo maconheiro, “nóia”, desgraçado. Não sei se eu vou ter família. Se eu morar com a família acho que não vai ser assim. Se você pudesse mudar algo em sua vida, o que seria? Não faria nada de errado, para não ter que estar aqui (no abrigo) hoje. Qual o seu maior sonho? Morar com meu irmão que está preso quando ele sair. Se você pudesse mudar algo no mundo, o que seria? Tirava meu irmão da cadeia. (Sujeito 3, 14 anos, masculino)

Penso que no futuro vou ser Matador de polícia. Matador de pessoas. Me arrependi de ter saído da escola. Se você pudesse mudar algo em sua vida, o que seria? Parar de usar drogas. Qual o seu maior sonho? Ter um Camaro. Se você pudesse mudar algo no mundo, o que seria? Eu seria o prefeito da cidade. Eu ia abaixar o preço de tudo e os impostos. Um Camaro ia ser R\$ 50,00. (Sujeito 10, 14 anos, masculino)

No futuro acho que vou ser um bom menino. Que trabalha e estuda. Quero fazer faculdade de biologia e trabalhar com plantas e animais. Se você pudesse mudar algo em sua vida, o que seria? Nada. Qual o seu maior sonho? Que minha mãe saia da cadeia. Se você pudesse mudar algo no mundo, o que seria? Acabar com as drogas e os abrigos e as cadeias. (Sujeito 9, 13 anos, masculino)

As representações nascem no curso das variadas transformações que geram novos conteúdos. Durante essas metamorfoses as coisas não apenas se modificam, são também vistas de um ponto mais claro. Todas as coisas que nos tocam no mundo a nossa volta são tanto o efeito de nossas representações como as causas dessas representações. (SÊGA, 2000, p. 132)

Pode-se verificar que nas representações dos adolescentes, as drogas, o uso, o tráfico de drogas se apresentam como parte significativa do presente, passado e futuro, deles próprios ou de seus familiares que acabaram detidos pelo envolvimento com a criminalidade.

Em suma, sem uma política pública que modifique a atual criminalização do uso de drogas, e sem um projeto educativo de prevenção de seu uso entre os jovens não conseguiremos modificar o atual cenário de violência e injustiça existente no país. Por isso, é preciso um trabalho intenso com a juventude para reconquistar seus corações e mentes (ZALUAR, 1997, p. 17), pois “os homens não se separam por meio de espécies, mas pela organização de suas experiências, por sua história e pelo modo com que classificam suas realidades internas e externas” (DAMATTA, 1987, p. 10)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo com as reflexões teóricas e relatos dos adolescentes apresentados, permitiu vislumbrar as forças distintas que sustentam significados e representações trazidos através das

relações e dos valores apreendidos no meio sociocultural a que pertencem, marcados por uma série de vulnerabilidades e conflitos com a dimensão sociofamiliar, que justificam práticas e comportamentos e propiciam a criação de novos laços de sociabilidade e reciprocidade.

Desta maneira, percebe-se que, a violência, seja ela estrutural ou simbólica é sofrida multilateralmente, cotidianamente, fazendo-se parte integrante inclusive do processo de endoculturação, sendo o acolhimento o microcosmo da resolução dos problemas sociais.

Deparamo-nos, portanto com a necessidade um embate permanente entre os procedimentos postos em curso pelas instituições, programas e projetos existentes para atendimento da criança e adolescente, desprovido de preconceitos e enganos, privilegiando o diálogo e respeitando a cultura local, uma vez que para garantir-lhes os direitos fundamentais e a proteção sem que se caia no abismo da reprodução das desigualdades sociais e culturais, deverá ocorrer a customização das políticas de forma que possa adaptá-las a cada indivíduo, respeitando-lhes as singularidades pessoais e a vontade subjetiva de valorização, principalmente nos Serviços de Acolhimento onde o atendimento deve ser provisório e transitório, objetivando o retorno do adolescente para o mesmo grupo social de onde foi retirado, de forma que haja a ruptura da reprodução desta realidade social, das situações de risco e conseqüentemente da representação que os adolescentes tem de seu futuro. Pois, como diz o antropólogo Roberto Damatta é o conhecimento do homem pelo homem e da sociedade humana em suas várias formas de relacionamento interno e externo que constitui a “grande transformação” e a “grande esperança” deste fim de milênio.

ABSTRACT

TEENAGER WORLDVIEW UPON ENTERING AN INSTITUTIONAL CARE PROGRAM: AN ANTHROPOLOGICAL APPROACH.

This article seeks to explore, from an anthropological perspective, the teenage worldview upon being placed into a residential protective care program. It concerns a study of ten (10) adolescent males from 12 to 17 years old that were in a program in Bauru, Sao Paulo, Brazil. As the worldview of teenagers is the subject of this work, the study focuses on, as its main objectives: to describe some cultural aspects of these teens, their identified values, practices and group point of view, to obtain the subjects' view of the residential care program, and to reveal their concept of family and kinship relationships. The method chosen for this study was participant observation by a researcher who was present with the group daily for prolonged periods and on varying occasions. This first hand reporting technique allowed for the assessment of subject matter considered relevant in this specific environment and allowed for interviews to be performed within the program. A combination of dialogue, reflections and reports from the adolescents enabled understanding of the distinct forces at work that affected

them in the program environment. It reveals the values that hold meaning in their relationships in the socio-cultural environment to which they belong which is influenced by their vulnerabilities and marked by conflicts that have family social dimensions that justify their practices and behaviors and foster the creation of new sociability and reciprocal ties.

Keywords: Social Anthropology. Adolescence. Violence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, F. C. Urbanismo e Poder. **Revista Iberoamericana de urbanismo**. n. 9, Bahia, 2013.

BEATTIE, J. **Introdução a antropologia social**: objetivos, métodos e realizações da antropologia social. São Paulo: companhia, 1971.

CARVALHO, M.C.B. Famílias e Políticas Públicas. In: ACOSTA, A.R; VITALE, M.A.F (Orgs). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUCSP, 2004.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAMATTA, R. **A violência brasileira**. São Paulo: brasiliense, 1981.

DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

ESPINHEIRA, G. **Os tempos e os espaços das drogas**. In: Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

FRANCO, A. S. **Direito Penal e Globalização**. In: Direitos Humanos, visões contemporâneas. São Paulo: Associação Juízes para a democracia, 2001.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC,2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, L. F. **Criminologia**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GULASSA, M. L. C. **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA, 2010.

GULLO, A. A. S. **Violência urbana**: um problema social. **Revista Tempo Social**. São Paulo: USP, 1998.

JUNIOR, W. R. B; BADARÓ, C. E; FEITOSA, L. C; SOUZA, M. A; MAXIMINO, A. M. **Antropologia**: uma visão sobre o homem. Bauru, SP: Edusc, 2011.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas 2003.

LUENGO, F. C. **A história da higienização no Brasil:** o controle, a eugenia e a ordem social como justificativa. São Paulo, 2010.

MACHADO, L. **Famílias e individualismo:** tendências contemporâneas no Brasil. Interface: **Comunicação, Saúde e Educação.** V.4, n.8, 2001.

MACRAE, E. A antropologia e o uso de drogas. In: Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde. São Paulo: 1986.

MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. São Paulo, 2002.

MARCONI, M. A. **Antropologia:** uma introdução. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, R. Um país chamado favela: a maior pesquisa feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Gente, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 17 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MUNIZ, E. **STTP – Assistência Social.** Centro Universitário de Bauru, Bauru, 2011, 35p. (Apostila elaborada para fins de processo ensino-aprendizagem do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru, na disciplina de Seminário Temático do Trabalho Profissional – módulo Assistência Social).

OLIVEIRA, P. S. **Vidas compartilhadas:** cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana. São Paulo: Fapesp, 1999.

SCHENKER, D. Juventude desabrigada e abuso de drogas: pesquisando as necessidades dos meninos de rua em Salvador. In: Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA; CETAD/UFBA, 2004.

SEGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovice. In: Revista Anos 90. n. 13. Porto Alegre: 2000.

SILVA, T. L. **Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras:** diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio.** 2012.

SOUZA, L. P. **A violência simbólica na escola:** contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista Labor,** n. 7. Fortaleza: 2012.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

VELHO, G. **A utopia urbana:** um estudo de antropologia social. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, G. **Cidadania e violência.** 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

VELHO, G. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, G. Dimensão cultural e política do mundo das drogas. In: Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura.** 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VELHO, G. **Mudança, crise e violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELHO, G. **Nobres e anjos:** um estudo de tóxicos e hierarquias. Rio de Janeiro: 1994.

VELHO, G. **O desafio da cidade:** novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, G. **Subjetividade e sociedade:** uma experiência de geração. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

WALTY, I. Violência: objeto de troca. **Revista ALEA**, n. 1. Rio de Janeiro: 2003.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso.** São Paulo: Escuta, 1994.

ZALUAR, A. **Exclusão e Políticas Públicas:** dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 12 n. 35. São Paulo: Feb. 1997.

ZALUAR, A. **Um debate disperso:** violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista São Paulo em perspectiva.** n. 13. São Paulo: 1999.

Data do Recebimento: 04/06/2015

Data da aceitação: 19/09/2015